

Caros Associados,

O período de eleições está tornando o Congresso ABIPTI desfalcado da participação do alto escalão do Governo Federal, o que reduz o grau de abrangência e profundidade do debate sobre políticas de C&T do evento. Como realizamos o Congresso a cada dois anos, essas dificuldades se repetirão a cada edição do Congresso. Por esse motivo decidimos **postergar nosso congresso para o próximo ano (2023)**, quando contaremos com ministros e altos executivos do novo governo e que já terão definidas as suas ações e políticas para a P&D do respectivo setor.

Todavia, a ABIPTI e seus associados, têm muitas reivindicações e sugestões para uma Política de Pesquisa Tecnológica que gostaríamos de ver implantadas no próximo governo, seja ele qual for. Precisamos apresentar aos candidatos à Presidência da República nossa pauta de melhorias nas políticas e ações de fomento à nossa área e apontar sugestões para o apoio e incentivo à pesquisa tecnológica nacional, como parte do esforço para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro (veja no anexo alguns pontos que já estão em discussão).

Nesse sentido nos dias 16 e 17 de maio em, Aracaju/SE, faremos o **1º Simpósio ABIPTI sobre “Os Rumos da Pesquisa Tecnológica Brasileira”** onde debateremos sobre nossas necessidades e demandas, enquanto desenvolvedores de tecnologia nacional, e consolidaremos esses anseios na forma de um documento (**CARTA DE ARACAJU**) a ser enviado a todos os candidatos à Presidência da República e, posteriormente às eleições, aos ministros do novo governo.

Convidamos às Instituições de Ciência e Tecnologia a participarem da elaboração desse documento (presencial ou remotamente), se juntando a nós em Aracaju nos dias 16 e 17 de maio próximo. O evento será precedido de uma intensa coleta de sugestões e reivindicações que serão compiladas e consolidadas naquela data.

Cordialmente



Paulo Rogério Foina
Presidente

1º SIMPÓSIO ABIPTI

(ARACAJU/SE*)

SEGUNDA-FEIRA 16/05/2022 - 1º período

DEMANDAS DA PESQUISA EM TICs	
Horário	Atividade
08h30-90h00	Café da manhã
09h00-09h30	Abertura e apresentação do tema
09h30-10h00	Apresentação do levantamento preliminar junto aos ICTs de TIC
10h00-12h00	Debate com ICTs
12h00-12h30	Consolidação das propostas na área de pesquisa em TICs
12h30-14h00	Almoço

SEGUNDA-FEIRA 16/05/2022 - 2º período

ENERGIA	
Horário	Atividade
14h00- 14h30	Café de confraternização
14h30-14h45	Abertura e apresentação do tema
14h45-15h00	Apresentação do levantamento preliminar junto aos ICTs de Energia
15h00-17h00	Debate com ICTs presentes
17h00-17h30	Consolidação das propostas na área de pesquisa em Energia
17h30	Confraternização

TERÇA-FEIRA 17/05/2022 - 1º período

SAÚDE	
Horário	Atividade
08h30-90h00	Café da manhã
09h00-09h30	Abertura e apresentação do tema
09h30-10h00	Apresentação do levantamento preliminar junto aos ICTs de Saúde
10h00-12h00	Debate com ICTs presentes
12h00-12h30	Consolidação das propostas na área de pesquisa em Saúde
12h30-14h00	Almoço

TERÇA-FEIRA 17/05/2022 - 2º período

INDÚSTRIA	
Horário	Atividade
14h00- 14h30	Café de confraternização
14h30-14h45	Abertura e apresentação do tema
14h45-15h00	Apresentação do levantamento preliminar junto aos ICTs de Industria
15h00-17h00	Debate com ICTs presentes
17h00-17h30	Consolidação das propostas na área de pesquisa em Industria
17h30-18h00	Finalização da CARTA DE ARACAJU com nossas demandas

(*) O link para a participação remota será enviado posteriormente

Anexo – Alguns pontos em discussão

Seguem abaixo alguns pontos já levantados pelos ICTs da área de tecnologia para serem debatidos e levados como nossas reivindicações/sugestões para melhoria do ecossistema de pesquisa tecnológica e inovação brasileiro:

1. Regras dos Editais devem considerar as características dos ICTs privados

As regras aplicadas para projetos patrocinados por agências de fomento, na maioria das vezes foram estabelecidas a partir do modelo público de instituições de P,D&I, deixando de contemplar dispêndios naturais das ICTs Privadas, tais como despesas de pessoal e aluguel, custos operacionais e depreciação de instalações e outras.

2. Remuneração de pesquisadores

O mercado atual, com a vinda e permanência do teletrabalho, as Empresas e os ICTs estão enfrentando um novo desafio ligado à retenção de talentos e à atratividade de mão de obra qualificada. Os limites estabelecidos para pagamento de salários e bolsas para pesquisadores estão muito abaixo do praticados pelo mercado privado nacional e internacional dificultando a retenção dos melhores talentos nas instituições de pesquisa. É ainda preciso que seja utilizado como parâmetro a experiência do pesquisador e não a sua titulação acadêmica.

3. Pagamentos retroativos

A demora na liberação do recurso da União resulta em prejuízo e até mesmo na inviabilização do projeto aprovado. Quando essa situação ocorre é necessário que seja considerada a possibilidade do ressarcimento de pagamentos executados pela Instituição, seja com recurso dela mesma ou da empresa interveniente, desde que efetuados após a assinatura do Convênio, cujo objetivo é não interromper a execução do projeto.

4. Quantidade e tipo de Editais

Os Editais são em pouco número, específicos e se concentram no 2º semestre, gerando dificuldades para as ICT's na elaboração das propostas, inviabilizando muitas vezes a participação destas. Os Editais de Infraestrutura são direcionados apenas para as ICTs Públicas e Universidades. É preciso que estes Editais contemplem as ICTs Privadas.

5. Problemas estruturais

Os seguintes problemas de caráter estruturais impedem o desenvolvimento tecnológico na velocidade que o mercado exige:

- Risco de fracasso e abandono de projetos: curto prazo (1 a 2 anos), sem visão de médio ou longo prazo para a inovação competitiva sistêmica e contínua.
- Elevada burocracia para conseguir recursos de fomento.
- Revisão dos critérios de avaliação e aprovação do esquema atual de concessão de subvenção econômica às empresas gerando insegurança jurídica aos ICTs e às empresas parceiras.
- Não priorizar a concessão a projetos relevantes para a empresa, o país e para as fases de maior risco tecnológico da cadeia de inovação.

6. Reduções sistemáticas dos recursos de P&D

Periodicamente assistimos tentativas de redução dos recursos de P&D e correlatos por parte de Agências Reguladoras, Legislativo e até do Poder Executivo. Esses movimentos políticos, sem visão do impacto para o desenvolvimento nacional de longo prazo, geram incertezas nos ICTs e nas

empresas que investem em pesquisa. Esse movimento é mais forte e recorrente no setor elétrico e está comprometendo a estabilidade e qualidade do serviço de energia elétrica brasileira.

7. Dependência de insumos e produtos estratégicos importados

A recente pandemia enfatizou o elevado grau de dependência brasileira para insumos e produtos estratégicos importados. O futuro de uma nação soberana depende de ter fornecimento garantido de alguns insumos estratégico sem depender de importação. Os ICTs e as empresas brasileiras podem desenvolver e produzir soluções nacionais para esses insumos dando maior segurança estratégica ao Brasil. Essa estratégia vale para vacinas e fármacos, componentes eletrônicos sensíveis, equipamentos médicos de larga utilização, soluções de telecomunicação seguras, insumos agropecuários estratégicos, gerenciamento de processos produtivos de produtos para exportação etc.

8. Agenda de desenvolvimento socioeconômico

Os esforços de Ciência e Tecnologia destinam-se, basicamente a: a) aumentar o conhecimento dos fenômenos; e b) ajudar na geração de riquezas nacionais. Considerando que não há recursos de fomento para todas as áreas do conhecimento, é fundamental que seja estabelecida uma agenda de temas prioritários para o desenvolvimento socioeconômico de longo prazo (10 anos) para que então os ICTs possam focar seus investimentos em pesquisas que tragam retorno mais rápido para o país.

9. Participação na definição dos Temas Prioritários

Em função do envolvimento em PD&I, da representatividade das ICTs Privadas na Inovação e resultados no país, acredita-se que estas por meio da ABIPTI podem apoiar no posicionamento estratégico das ações que serão desenvolvidas pelo governo e participar dos comitês que estudam temas dos Editais.

10. Comitês de Avaliação de Projetos

É preciso a participação de Empresas com representantes na Avaliação dos Projetos como na FINEP/ BNDES/ FUNTTEL, uma vez que o grande foco, inclusive das áreas temáticas e estratégicas, é no mercado que é liderado pelas Empresas.